

Concurso Público para provimento dos cargos efetivos do Município de Senador Canedo-GO

PROFESSOR – ARTES

CADERNO DE QUESTÕES

21/06/2026

DISCIPLINA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Legislação aplicada ao Setor Público	11 a 20
Políticas e Legislação Educacional	21 a 30
Conhecimentos Específicos	31 a 50
Prova de Redação	-

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado do seu CARTÃO-RESPOSTA, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Como as estações, também vivemos mudanças.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha e prova de redação. Cada questão de múltipla escolha apresenta 04 (quatro) alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta. A prova de redação é composta de um tema e uma coletânea de textos, e o(a) candidato(a) deverá desenvolver, seguindo uma das propostas contidas na prova, um texto dissertativo-argumentativo, com, no máximo, 30 (trinta) linhas.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o fiscal de sala.
4. Assinale as respostas no cartão-resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, preenchendo integralmente apenas um alvéolo por questão. O(A) candidato(a) que marcar o cartão-resposta com rasura ou fizer mais de uma marcação por questão, ainda que legível, ou não preencher o campo de marcação corretamente ou não marcar a questão no cartão-resposta, terá pontuação 0,0 (zero) na questão.

CONCURSO PÚBLICO

LÍNGUA PORTUGUESA

Questões de 01 a 10

Leia o **Texto 1** para responder às questões de **01 a 03**.

Texto 1

Todas as vezes em que se fala sobre a incrível capacidade humana de dominar a natureza – com os elogios de praxe à nossa inventividade e poderio e, mais ainda, o orgulho de uma racionalidade que se aproxima da petulância – Benauro Roberto de Oliveira, um paulista estudioso da história natural e social –, conta e reconta em suas competentes e concorridas aulas uma das lendárias manifestações que cercam a personalidade de Jacques-Yves Cousteau, o francês que se tornou o maior dos oceanógrafos do século 20.

Dizem que um jovem jornalista entrevistava Cousteau sobre o nosso temor aos tubarões e desejava saber quais as chances de um de nós escapar no enfrentamento direto com um desses estupendos animais. O cientista respondeu que as probabilidades de sair ileso eram nulas. O jornalista não se satisfaz e perguntou, em sequência, se o tubarão atacaria se já estivesse alimentado, se fosse de noite, se estivéssemos numa jaula, se fôssemos muitos, se carregássemos um arpão, se entregássemos alguma isca etc.; a cada pergunta, a resposta de Cousteau era a mesma: o bicho atacará de qualquer modo. Irritado, o jovem bradou: mas isso não tem lógica! Com paciência, o genial pesquisador dos mares retrucou: Tem sim, mas é a lógica do tubarão...

É preciso lembrar insistentemente a sabedoria emanada dos muitos modos como a vida se expressa no planeta no qual habitamos (e que muitos preferem chamar de “nosso” planeta, com uma dissimulada satisfação de dono): não somos proprietários, e sim usuários compartilhantes. Podemos, em alguns momentos da nossa história, imaginar que controlamos, dominamos e possuímos sem restrições tudo que nesta terra está, com uma ilusão fugaz de invulnerável soberania [...].

CORTELLA, M. S. *Não espere pelo Epiáfio!*: Provações filosóficas. 16 ed. Petrópolis/RJ: Vozes Nobilis, 2014, p. 31.

QUESTÃO 01

No trecho, “É preciso lembrar insistentemente a sabedoria emanada dos muitos modos como a vida se expressa no planeta no qual habitamos [...]”, a expressão em destaque

- (A) pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, por “em cujo”, na medida em que indica posse (“em nosso planeta”).
- (B) tem valor pronominal, uma vez que opera, na oração, substituição ao sujeito “planeta”, que lhe antecede.
- (C) pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, tanto por “em que”, quanto por “que”, diante da bitransitividade do verbo “habitar”.
- (D) se trata de uma preposição, cuja função sintática é a de estabelecer a devida regência dos termos da oração.

QUESTÃO 02

A crase é um fenômeno linguístico que marca, por meio do acento grave, uma fusão de vogais idênticas e contíguas (a + a = à). Em geral, trata-se de uma relação de regência que demanda uma preposição a + o artigo definido feminino a, podendo ocorrer também, no entanto, com pronomes demonstrativos (*àquele, àquela, àquilo*) e, ainda, com pronomes relativos (*à qual, às quais*). A respeito do caso de sua ocorrência no trecho “Todas as vezes em que se fala sobre a incrível capacidade humana de dominar a natureza – com os elogios de praxe à nossa inventividade e poderio e, mais ainda, o orgulho de uma racionalidade que se aproxima da petulância [...]”, e em observância às regras de uso obrigatório e facultativo, a crase, nesse caso, é

- (A) obrigatória, na medida em que se trata da fusão de um termo preposicional regido pelo termo nominal “elogio” (elogio a alguém ou alguma coisa) com um pronome demonstrativo feminino (nossa inventividade) que aceita o artigo definido a.
- (B) facultativa, na medida em que se trata da fusão de um termo preposicional regido pelo termo nominal “elogio” (elogio a alguém ou alguma coisa) com um pronome demonstrativo feminino (nossa inventividade) que aceita o artigo definido a.
- (C) facultativa, na medida em que se trata da fusão de um termo preposicional regido pelo termo nominal “elogio” (elogio a alguém ou alguma coisa) com um pronome possessivo adjetivo feminino (nossa inventividade) que aceita o artigo definido a.
- (D) obrigatória, na medida em que se trata da fusão de um termo preposicional regido pelo termo nominal “elogio” (elogio a alguém ou alguma coisa) com um pronome possessivo adjetivo feminino (nossa inventividade) que aceita o artigo definido a.

QUESTÃO 03

O modo de organização do discurso e a natureza do raciocínio empreendido pelo filósofo Mário Sérgio Cortella, valendo-se da voz do estudioso Benauro Robert de Oliveira diante da experiência vivida por Jacques-Yves Cousteau, consistem em um raciocínio

- (A) argumentativo, com a intenção de estabelecer, pela narrativa apresentada, uma inferência analógica entre o caso relatado e a realidade de modo geral.
- (B) narrativo, com a intenção de estabelecer um relato, para fins estéticos, sobre a experiência contada pelo estudioso Benauro Robert de Oliveira.
- (C) descritivo, na medida em que o autor descreve a experiência vivida pelo oceanógrafo Jacques-Yves Cousteau, na voz de Benauro Robert de Oliveira.
- (D) explicativo, na medida em que o autor assevera, a partir de relato informativo, a necessidade de o leitor repensar as formas de compreensão da vida.

Leia o **Texto 2** para responder às questões de **04 a 06**.

Texto 2

Becos da minha terra...
 Amo tua paisagem triste, ausente e suja.
 Teu ar sombrio.
 Tua velha umidade andrajosa.
 Teu lodo negro, esverdeado, escorregadio.
 E a réstia de sol que ao meio-dia desce fugidia,
 e sementes polmes dourados no teu lixo pobre,
 calçando de ouro a sandália velha, jogada no monturo.
 Amo a prantina silenciosa do teu fio de água,
 Descendo de quintais escusos sem pressa,
 e se sumindo depressa na brecha de um velho cano.
 Amo a avenca delicada que renasce
 Na frincha de teus muros empenados,
 e a plantinha desvalida de caule mole
 que se defende, viceja e floresce
 no agasalho de tua sombra úmida e calada [...]

Trecho do poema "Becos de Goiás" de Cora Coralina. In: CORALINA, Cora. *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*. 23ª ed. São Paulo: Global, 2014, p. 92.

QUESTÃO 04

No trecho do poema "Becos de Goiás", de Cora Coralina, o eu lírico descreve um cenário marcado por imagens de degradação — "*paisagem triste, ausente e suja*", "*velha umidade andrajosa*", "*lodo negro, esverdeado, escorregadio*", "*lixo pobre*". Ainda assim, a voz poética declara reiteradamente: "*Amo...*". Qual efeito de sentido característico da obra da autora é gerado pelo contraste?

- (A) O paradoxo é construído para mostrar que o eu lírico rejeita o cenário descrito, carregado de adjetivações e descrições negativas, e o emprego de verbo afetivo "*Amo...*" funciona, portanto, como recurso de ironia, desestabilizando a interpretação literal do poema.
- (B) O contraste destaca uma visão idealizada do passado, por lembranças fugidias e contrastivas de tempos remotos, em que o eu lírico transforma a miséria em símbolo de uma memória perdida, anulando qualquer dimensão realista da cena descrita.
- (C) O uso de imagens negativas frequentemente seguido da expressão de amor, como "*Amo...*", demonstra uma tentativa de ocultar aspectos socialmente problemáticos do ambiente, neutralizando o tom crítico da autora, uma vez que se trata de sua própria cidade natal.
- (D) A associação entre afeto e degradação reforça a relação paradoxal entre o eu lírico e o espaço, revelando que seu amor nasce de uma identificação profunda com a simplicidade e com a beleza marginal encontrada nos lugares humildes — marca recorrente da poética de Cora Coralina.

QUESTÃO 05

Considere o verso "Amo tua paisagem triste, ausente e suja." Com base no emprego da conjunção destacada no trecho anterior, e observando as regras de pontuação da língua portuguesa, compreende-se que

- (A) o emprego de vírgula antes de "e" não ocorre, por se tratar de uma enumeração simples de adjetivos equivalentes, ligados a um mesmo termo ("paisagem"), caso em que a conjunção aditiva une elementos de mesma função sintática sem justificar pausa.
- (B) o emprego antes de "e" é obrigatório porque há três adjetivos; segundo a norma padrão, em enumerações com três ou mais termos, a conjunção deve ser precedida de vírgula de forma mandatória.
- (C) a ausência de vírgula antes de "e" configura desvio da norma, pois o último termo de qualquer enumeração deve ser isolado por vírgula, independentemente da classe de palavras envolvida.
- (D) o emprego de vírgula poderia ser utilizado antes de "e" para reforçar a intensidade expressiva da enumeração, uma vez que adjetivos de valor negativo exigem separação obrigatória por vírgula antes da conjunção.

QUESTÃO 06

Considerando o trecho do poema de Cora Coralina — "*E a réstia de sol que ao meio-dia desce fugidia e sementes polmes dourados no teu lixo pobre, calçando de ouro a sandália velha, jogada no monturo*" —, as relações sintáticas entre as estruturas oracionais permitem perceber que

- (A) a forma "calçando de ouro a sandália velha" funciona como oração subordinada adverbial causal reduzida de gerúndio, pois indica a motivação pela qual se realizam as "semeaduras" do sol ao meio-dia.
- (B) a expressão "calçando de ouro a sandália velha" constitui oração subordinada adverbial modal reduzida de gerúndio, uma vez que especifica a maneira pela qual a réstia de sol recobre os elementos descritos.
- (C) o segmento "jogada no monturo" representa uma oração subordinada adjetiva explicativa reduzida de particípio, modificando o valor do termo nominal "sol", ao qual se vincula semanticamente.
- (D) o verbo "desce" em "a réstia de sol que ao meio-dia desce fugidia" introduz oração subordinada substantiva objetiva direta, já que o termo "que" recupera um referente abstrato e exerce função de complemento verbal.

QUESTÃO 07

Um texto pode ser considerado como uma malha de tecido (não à toa, falamos de sua tessitura), cujas linhas estruturantes amarram o tecido de tal forma que o tornam um todo significante, uma unidade de sentido. Dito de outra maneira, falamos de

- (A) coesão e semântica, uma vez que todo texto que esteja bem articulado, independentemente de fazer ou não sentido para um determinado interlocutor, pode ser considerado um texto efetivo.
- (B) coesão e coerência, uma vez que o sentido organizado de um texto é atingido quando se garante, ao mesmo tempo, os fatores pragmáticos de significação e de articulação de um texto, respectivamente.
- (C) coesão e coerência, uma vez que a forma como se amarram as partes estruturantes de um texto (a coesão) é fundamental para garantir-lhe o sentido (a coerência).
- (D) coesão e semântica, uma vez que o sentido é sempre um resultado organizado, concatenado e transparente dos significados da língua como um sistema de signos diferenciais.

QUESTÃO 08

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 foi um projeto elaborado pelos países lusófonos com o objetivo de unificar a ortografia do português. Até então, Brasil e Portugal (além dos demais países africanos de língua portuguesa) seguiam regras diferentes de escrita, o que dificultava a produção editorial comum, a circulação de textos, o ensino e a padronização internacional da língua. O acordo foi assinado em 1990 pelos países membros da CPLP, mas enfrentou longos anos de debates e revisões até entrar efetivamente em vigor. No Brasil, sua implementação começou em 2009, tornando-se obrigatória a partir de 2016. Entre as mudanças mais conhecidas, compreende-se que passa a ser

- (A) obrigatório o uso de hífen quando o prefixo (ou falso prefixo) termina em vogal e o elemento seguinte começa pela consoante *r* ou *s*: ultra-som, anti-semíta, semi-reta, contra-regra etc.
- (B) facultativo o uso de hífen em locuções de qualquer tipo (nominais, adjetivas, pronominais, adverbiais, prepositivas, conjuncionais): café-da-manhã ou café da manhã, antes-de-ontem ou antes de ontem etc.
- (C) facultativo o uso de hífen quando o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por vogal diferente ou consoante: auto-escola passa a se grafar autoescola, co-piloto passa a se grafar copiloto etc.
- (D) proibido o uso de hífen quando o prefixo (ou falso prefixo) termina em vogal e o elemento começa por *r* ou *s*, passando-se a dobrar a consoante do elemento seguinte: ultrassom, minissaia etc.

QUESTÃO 09

Em sua obra *Retórica*, Aristóteles discorre sobre os três gêneros oratórios (deliberativo, judicial e epidítico), cuja tipologia passa por critérios funcionais, tais como o assunto de que se fala, quem fala, para quem fala, de onde se fala, e o fim (a finalidade) para o qual se fala. Esses elementos foram recepcionados - e eventualmente atualizados - em teorias linguístico-textuais posteriores, contemporâneas, como aquelas que descrevem os sete fatores pragmáticos de textualidade: intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade, intertextualidade, coesão e coerência. Considerando tais fatores, quais podemos destacar estarem já presentes no núcleo da proposta teórica aristotélica?

- (A) Intencionalidade, Informatividade, Coesão e Coerência.
- (B) Intencionalidade, Aceitabilidade, Situacionalidade, Informatividade.
- (C) Intencionalidade, Informatividade, Situacionalidade e Coesão.
- (D) Intencionalidade, Coerência, Coesão e Intertextualidade.

RASCUNHO

QUESTÃO 10

Leia o texto a seguir.



Coca-Cola, 2025. Publicidade veiculada em diferentes mídias.

A publicidade apresenta a imagem de uma garrafa de Coca-Cola de vidro acompanhada do texto: "Porque é mais difícil de abrir e tudo o que é mais difícil é mais gostoso." Considerando estratégias argumentativas típicas da linguagem publicitária, o anúncio

- (A) recorre a um argumento baseado em crenças culturais compartilhadas, atribuindo valor positivo à dificuldade como elemento que aumenta o prazer, reforçando um efeito emocional de valorização do produto.
- (B) constrói seu apelo retórico e persuasivo por meio de um argumento lógico-dedutivo, apoiado na demonstração racional de que embalagens difíceis de abrir conservam melhor o sabor.
- (C) utiliza um argumento de autoridade implícito, já que atribui a superioridade do produto em questão à opinião abalizada de um especialista anônimo sobre embalagens de bebidas e sua capacidade de conservação do sabor.
- (D) fundamenta sua estratégia de convencimento na comparação objetiva entre garrafas de vidro e garrafas plásticas, oferecendo dados concretos e mensuráveis sobre sabor, temperatura e conservação.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Questões de 11 a 20

QUESTÃO 11

Nos termos do art. 37, V, da Constituição Federal de 1988 qual descrição corresponde ao critério constitucionalmente estabelecido para o preenchimento dos cargos em comissão e das funções de confiança na Administração Pública?

- (A) Os cargos em comissão destinam-se a atividades meramente técnicas e devem ser ocupados por servidores efetivos conforme critérios definidos em lei.
- (B) As funções de confiança são de livre nomeação e exoneração, destinadas a direção e assessoramento, e podem ser ocupadas por servidores públicos ou por profissionais externos.
- (C) Os cargos em comissão destinam-se a atribuições de direção, chefia e assessoramento, sendo as funções de confiança exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- (D) As funções de confiança destinam-se a atividades técnicas especializadas e devem ser ocupadas por servidores aprovados em concurso específico para esse fim.

QUESTÃO 12

No direito administrativo brasileiro, a formação válida do ato administrativo depende da reunião de elementos estruturais previstos pela doutrina e acolhidos pela jurisprudência. Nessa perspectiva, corresponde a elemento essencial do ato administrativo a característica que

- (A) vincula a manifestação administrativa ao objetivo público estabelecido como finalidade do ato.
- (B) transforma a vontade administrativa em norma geral dotada de abstração e impessoalidade.
- (C) desloca a competência administrativa para órgão diverso mediante delegação automática.
- (D) converte o ato administrativo em contrato quando há participação de particulares interessados.

QUESTÃO 13

Os artigos 70 a 74 da Constituição Federal de 1988 disciplinam o sistema de controle interno e externo da Administração Pública, definindo competências, finalidades e interações entre os órgãos que o compõem. Considerando esse conjunto normativo, o exercício da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública ocorre mediante estrutura que

- (A) concentra exclusivamente no Tribunal de Contas da União a função de orientar e fiscalizar todos os Poderes, sem participação de unidades internas de controle.
- (B) atribui ao Congresso Nacional o controle externo, com apoio técnico do Tribunal de Contas da União, mantendo unidades de controle interno em cada Poder.
- (C) delega aos sistemas de controle interno a competência para julgar contas de administradores, submetendo apenas relatórios informativos ao Congresso.
- (D) permite ao Tribunal de Contas da União a emissão de recomendações sem força coercitiva, sem competência para aplicação de sanções administrativas.

QUESTÃO 14

A elaboração do planejamento orçamentário governamental, estruturado nos instrumentos previstos nos artigos 165 a 169 da Constituição Federal de 1988, organiza-se em etapas interdependentes que condicionam a execução das políticas públicas. Nesse contexto, a compatibilidade entre o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) resulta de processo em que

- (A) o PPA detalha os limites de empenho da LOA, substituindo a necessidade de definição anual de metas fiscais pela LDO.
- (B) a LDO orienta a LOA e deve observar as diretrizes do PPA, assegurando que programas e ações anuais estejam alinhados às metas plurianuais.
- (C) a LOA estabelece programas governamentais de duração continuada, autorizando despesas de caráter plurianual sem necessidade de previsão no PPA.
- (D) o PPA define metas anuais específicas, enquanto a LDO organiza exclusivamente a estrutura administrativa, sem impacto sobre a programação orçamentária.

QUESTÃO 15

O artigo 5º da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) define os princípios que orientam as contratações públicas e determina que toda atuação administrativa no âmbito das licitações deve observar parâmetros normativos voltados à integridade, à eficiência e ao controle. De acordo com esse dispositivo, a condução do processo licitatório deve ocorrer de forma que

- (A) admita exceções não previstas em lei, desde que justificadas pela conveniência administrativa.
- (B) permita flexibilização informal das etapas quando houver interesse imediato do gestor.
- (C) assegure julgamento por critérios objetivos, evitando decisões baseadas em preferências pessoais.
- (D) autorize tratamento favorecido a licitantes que possuam vínculos locais com o órgão contratante.

QUESTÃO 16

O artigo 17 da Lei nº 8.429/1992, integrante do Capítulo V, estabelece regras específicas para o processamento das ações de improbidade administrativa após as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021. Segundo esse dispositivo, o ajuizamento da ação deve observar procedimento que

- (A) admite prosseguimento apenas quando demonstrados indícios mínimos de dolo na conduta.
- (B) elimina a fase de manifestação prévia do investigado, permitindo imediata citação.
- (C) permite responsabilização do agente público por mera irregularidade formal de natureza culposa.
- (D) dispensa o Ministério Público de apresentar documentos que embasam a acusação inicial.

QUESTÃO 17

Os artigos 10 a 14 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) disciplinam o procedimento de acesso à informação, estabelecendo direitos, prazos e obrigações para o trâmite dos pedidos. Já os artigos 23 a 27 tratam das hipóteses de restrição, incluindo sigilo e classificação de informações. Considerando simultaneamente esses dispositivos, o tratamento de um pedido de acesso ocorre mediante procedimento que

- (A) admite negativa automática quando a informação solicitada não estiver previamente disponibilizada no sítio eletrônico do órgão.
- (B) exige motivação expressa para eventual negativa, inclusive quando fundada em classificação de sigilo prevista em lei.
- (C) permite recusa imotivada nos casos em que o pedido dependa de análise de outro órgão da administração.
- (D) autoriza a prorrogação indefinida do prazo de resposta enquanto houver consulta a autoridade classificadora.

QUESTÃO 18

O artigo 23 da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), do Capítulo IV, prevê condições específicas para o tratamento de dados pessoais pelo Poder Público e determina que a utilização dessas informações deve ocorrer de forma adequada às finalidades legais. Considerando esse dispositivo, o tratamento de dados pessoais por órgãos e entidades públicas deve observar requisito que

- (A) dispensa a indicação da finalidade quando os dados forem utilizados para políticas públicas.
- (B) permite o compartilhamento irrestrito de informações entre entes federativos.
- (C) exige a compatibilidade entre a finalidade declarada e o interesse público envolvido.
- (D) autoriza a coleta ampliada de dados sensíveis sem base legal prévia.

QUESTÃO 19

O artigo 44 da Lei Orgânica do Município de Senador Canedo, do Título III – Da Administração Municipal, estabelece que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional observará princípios específicos para orientar sua atuação. De acordo com esse dispositivo, a administração municipal deve atuar de acordo com o princípio que

- (A) admite sigilo administrativo como regra geral para proteção da atividade estatal.
- (B) exige publicidade dos atos, ressalvadas hipóteses legais de restrição.
- (C) autoriza preferência a agentes públicos por critérios pessoais de conveniência.
- (D) permite a adoção de normas internas sem observância de fundamento legal.

QUESTÃO 20

O artigo 62 da Lei nº 1.488/2010 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Senador Canedo) disciplina a licença para tratamento da própria saúde e determina condições específicas para sua concessão. Considerando esse dispositivo, a concessão dessa licença ocorre mediante procedimento administrativo que

- (A) admite avaliação informal realizada pelo superior imediato, independentemente de perícia.
- (B) permite afastamento imediato sem comprovação, quando declarado pelo próprio servidor.
- (C) transfere ao contratado particular a decisão sobre a aptidão funcional do servidor.
- (D) exige inspeção médica oficial destinada a verificar a capacidade laboral do servidor.

POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Questões de 21 a 30

QUESTÃO 21

Em processos educativos, a forma como o conhecimento é organizado orienta os modos de aprender e define o papel dos sujeitos nos espaços escolares. Nesse sentido, a ação pedagógica embasada por uma perspectiva crítica e que busca a formação humana em seu sentido abrangente será

- (A) a elaboração de atividades pontuais, voltadas ao alcance de metas operacionais previamente definidas.
- (B) a construção de sequência didática, estruturada de modo progressivo para favorecer a aprendizagem.
- (C) a aplicação de exercícios repetitivos, centrados na memorização de informações para possibilitar o conhecimento.
- (D) a realização de avaliações periódicas, destinadas ao cumprimento de rotinas institucionais.

QUESTÃO 22

No ambiente escolar, o uso de tecnologias da informação e comunicação pode reforçar formas de consumo padronizadas e acríticas ou criar possibilidades de reflexão e compreensão dos conteúdos midiáticos. Nesse cenário, caracteriza-se como prática educativa que busca possibilitar a formação crítica dos sujeitos na era digital

- (A) a seleção de recursos tecnológicos destinados à produção de conteúdos escolares.
- (B) a adoção de plataformas digitais destinadas ao controle do desempenho individual.
- (C) a produção de materiais didáticos digitais orientados por padrões de mercado.
- (D) a análise de diferentes produtos culturais veiculados nas mídias digitais.

QUESTÃO 23

A forma como a gestão é incorporada às práticas escolares define modos específicos de participação e pode contribuir para a manutenção das relações de poder ou para a construção coletiva de práticas democráticas. Nesse contexto, caracteriza uma gestão democrática a prática que

- (A) organiza a participação por meio de critérios discutidos coletivamente, orientando a distribuição das decisões.
- (B) alterna responsabilidades sem considerar a dinâmica do grupo, busca evitar concentrações de autoridade.
- (C) mantém regras previamente definidas como eixo exclusivo de funcionamento das interações cotidianas.
- (D) focaliza a condução das atividades na figura docente para assegurar previsibilidade nas rotinas diárias.

QUESTÃO 24

O Plano Nacional de Educação (PNE) consolida um marco de planejamento estratégico que orienta ações públicas de longo prazo para a garantia do direito à educação no Brasil. Em sua configuração normativa, o PNE está estruturado em

- (A) finalidades, competências, ações e indicadores.
- (B) diretrizes, objetivos, metas e estratégias.
- (C) princípios, parâmetros, eixos e dispositivos.
- (D) fundamentos, procedimentos, critérios e etapas.

QUESTÃO 25

As políticas educacionais implicam as elaborações curriculares que, por sua vez, indicam uma determinada forma e conteúdo de ensino. Nesse processo, a concepção que sintetiza a relação entre políticas educacionais, currículo e cultura é a que

- (A) compreende o currículo como produção social resultante de disputas que orientam a seleção dos conhecimentos.
- (B) compreende o currículo como um conjunto fixo de temas estruturados por critérios exclusivamente técnicos.
- (C) interpreta o currículo como ordenamento estável que reproduz práticas pedagógicas sem influências políticas.
- (D) interpreta o currículo como uma sequência neutra de conteúdos desvinculada das relações culturais.

QUESTÃO 26

A escola pública brasileira está vinculada à relação entre Estado e sociedade. Dessa relação decorrem as políticas educacionais que definirão as condições da formação inicial e continuada dos profissionais da educação. Nesse contexto, as políticas educacionais que contribuem para o desenvolvimento profissional docente, tanto na formação inicial quanto na continuada, são aquelas que

- (A) implementam diretrizes voltadas à padronização da formação.
- (B) definem ações, decisões e programas de aligeiramento da formação.
- (C) lidam com a formação como processo de responsabilidade individual.
- (D) proporcionam condições concretas e efetivas de formação.

QUESTÃO 27

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) integra o sistema nacional de monitoramento da qualidade educacional e orienta a elaboração de políticas públicas a partir de seus resultados. O IDEB é aferido periodicamente em intervalo

- (A) anual, com atualização contínua dos resultados.
- (B) bienal, com divulgação regular a cada dois anos.
- (C) trienal, com consolidação dos dados em ciclos de três anos.
- (D) quadrienal, com apuração vinculada aos planos de gestão.

QUESTÃO 28

A BNCC orienta o planejamento de aulas ao definir as aprendizagens essenciais, que incluem competências e habilidades, que todos os estudantes devem desenvolver ao longo de suas trajetórias na educação básica. Em uma proposta de aula alinhada à BNCC, as atividades devem articular

- (A) conteúdos essenciais, situações práticas, interação orientada e reflexão do estudante.
- (B) explicação prolongada, atividades isoladas, controle docente e avaliação contínua.
- (C) memorização contínua, exercícios padronizados, repetição mecânica e sequência fixa.
- (D) exercícios funcionais, rotina rígida, atividades fragmentadas e avaliação classificatória.

QUESTÃO 29

O Fundeb, instituído pela Emenda Constitucional nº 108/2020 e regulamentado pela Lei nº 14.113/2020, constitui-se como um fundo de natureza contábil mantido pelos entes federados. De acordo com essa legislação, os recursos do Fundeb são aplicados prioritariamente

- (A) na construção de universidades e expansão do ensino superior.
- (B) na criação de programas federais de incentivo ao esporte escolar.
- (C) na remuneração dos profissionais da educação básica pública.
- (D) na manutenção de escolas privadas conveniadas de educação infantil.

QUESTÃO 30

Ações de inclusão e diversidade exigem condições institucionais que possibilitem acessibilidade, atendimento às necessidades específicas e participação equitativa dos estudantes. A garantia estrutural que viabiliza a implementação dessas ações corresponde

- (A) à definição pedagógica que orienta práticas inclusivas, ainda que não haja previsão de recursos ou suporte institucional.
- (B) à elaboração individual de materiais didáticos pelos professores com o suporte técnico do poder público.
- (C) à distribuição interna de responsabilidades docentes como alternativa ao investimento financeiro.
- (D) à previsão orçamentária destinada à manutenção, desenvolvimento e oferta de serviços e recursos de acessibilidade.

QUESTÃO 31

A pintura renascentista, desenvolvida em um contexto de resgate dos valores humanistas e do conhecimento racional, destaca-se, do ponto de vista formal, pela predominância da característica linear, ou seja, o uso da linha, em oposição à técnica pictórica, que privilegia a mancha. Essa característica também pode ser observada no

- (A) Romantismo.
- (B) Impressionismo.
- (C) Expressionismo.
- (D) Neoclassicismo.

QUESTÃO 32

Na tradição medieval cristã oriental, a produção de mosaicos figura como forma significativa de expressão artística. Esses mosaicos são caracterizados pelo uso expressivo de cores, frontalidade das figuras e hierarquia simbólica rigorosa, enfatizando a centralidade dos temas religiosos. Essa abordagem tem como principal referência a arte

- (A) gótica.
- (B) bizantina.
- (C) carolíngia.
- (D) românica.

QUESTÃO 33

A cidade de Goiânia, capital de Goiás, possui um importante conjunto arquitetônico *Art Déco*. Suas construções destacam-se pelas linhas geométricas, ritmos verticais e formas estilizadas. Tais características contrastam com as linhas orgânicas, curvas assimétricas e forte ornamentação próprias do

- (A) Minimalismo
- (B) Concretismo.
- (C) *Art Nouveau*.
- (D) Construtivismo.

QUESTÃO 34

A tradição da Folia de Reis se destaca por performances que reúnem canto, música, dança e trajes típicos. O cortejo é liderado por uma bandeira, elemento central que reúne imagens sacras, ex-votos, fitas coloridas e ornamentos variados. Essa composição visual e simbólica tem como principal referência estética o

- (A) Barroco.
- (B) Realismo.
- (C) Naturalismo.
- (D) Modernismo.

RASCUNHO

Leia o **Texto 3** para responder às questões de **35 a 37**.

Texto 3

Projeto Cultural “Nossas Raízes” leva tradição Huni Kuí aos CMEIs de Senador Canedo

Iniciativa valorizou a ancestralidade indígena com apresentações culturais e distribuição de livros sobre a cultura Huni Kuí na rede municipal de ensino

Postada em 7 de agosto de 2025 em Secult



O Projeto Cultural “Nossas Raízes” realizou sua estreia em Senador Canedo no dia 07 de agosto, às 15h, com uma programação voltada à valorização da cultura indígena. A iniciativa contou com o apoio da Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo (SECULT). Criado durante a turnê cultural da Tribo Huni Kuí, o projeto foi idealizado no contexto da Lei Aldir Blanc e teve seu primeiro reconhecimento oficial em parceria com o município, por meio do representante cultural Francenildo Biló da Silva Kaxinawa. Após a estreia, o projeto seguiu com ações nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), promovendo vivências culturais e a doação de livros infantis ilustrativos sobre a história, os costumes e os saberes do povo Huni Kuí. As atividades buscaram fortalecer a identidade cultural, promover o respeito à ancestralidade e ampliar o conhecimento sobre os povos originários entre as crianças da rede municipal. A iniciativa reforça o compromisso de Senador Canedo com a educação e a diversidade cultural, integrando ações que valorizam os saberes tradicionais e o diálogo entre culturas.

Texto: Bianca Nascimento

Foto: Milenna Medrado

Disponível em: <https://senadorcanedo.go.gov.br/projeto-cultural-nossas-raizes-leva-tradicao-huni-kui-aos-cmeis-de-senador-canedo/>. Acesso em: nov. 2025.

QUESTÃO 35

No que se refere ao cocar que ornamenta a pessoa indígena, ele é uma produção de

- (A) cestaria.
- (B) máscara.
- (C) plumária.
- (D) tecelagem.

QUESTÃO 36

No campo da arte contemporânea, práticas como pintura corporal (observadas na imagem que ilustra a matéria), escarificação, perfuração corporal e inclusão de adornos em lábios, orelhas e nariz, presentes em diferentes povos originários, encontram correspondência na categoria denominada

- (A) *body art*.
- (B) *objet trouvé*.
- (C) *ready-made*.
- (D) *assemblage*.

QUESTÃO 37

A história e cultura afro-brasileira e indígena são fundamentais para a formação social, econômica e política do Brasil, conforme estabelece a Lei nº 11.645/2008. Os grafismos, como os observados nos acessórios da pessoa indígena que ilustra a matéria, permeiam o cotidiano brasileiro, presentes em símbolos africanos conhecidos como *Adinkras*, encontrados em grades de ferro, portões, janelas e outros ornamentos arquitetônicos. O estudo desses sistemas visuais é relevante, pois comunicam

- (A) status social.
- (B) saber ancestral.
- (C) poder econômico.
- (D) hierarquia religiosa.

QUESTÃO 38

No início do século XX, a Escola de Aprendizes e Artífices, de responsabilidade do Estado brasileiro, esteve voltada à formação profissional de

- (A) professores para conteúdos didáticos e culturais destinados ao ensino primário.
- (B) trabalhadores especializados para funções administrativas em repartições públicas.
- (C) jovens das classes populares em ofícios mecânicos, artesanais e industriais.
- (D) artistas alinhados aos cânones europeus, com ênfase no desenho, pintura e escultura.

QUESTÃO 39

No cenário das mudanças educacionais ocorridas ao longo do século XX, destaca-se o Movimento Escolinhas de Arte, que exerceu influência sobre artistas e educadores ao propor espaços de criação que valorizavam a liberdade expressiva e colocavam a criança no centro do processo pedagógico. As práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito desse movimento estavam vinculadas aos ideais da escola

- (A) nova.
- (B) tecnicista.
- (C) tradicional.
- (D) construtivista.

QUESTÃO 40

No contexto da ecologia das mídias, o diálogo entre docentes e discentes pode evidenciar situações que exigem reflexão crítica. Esses momentos destacam a importância de observar e compreender os entre-lugares que emergem nas salas de aula, pois são nesses espaços que se manifestam discussões sobre questões éticas, teóricas e práticas. Nessa perspectiva, os entre-lugares configuram ambientes propícios

- (A) à produção de tensões socioculturais.
- (B) à organização sistemática de informações.
- (C) à análise crítica de repertórios culturais.
- (D) à reprodução de conceitos pré-definidos.

QUESTÃO 41

No diálogo entre as poéticas visuais contemporâneas e o ensino de arte, destaca-se a centralidade dos processos participativos, sensoriais e investigativos, com ênfase

- (A) na técnica.
- (B) na experiência.
- (C) na reprodução.
- (D) na memorização.

QUESTÃO 42

A integração entre o ensino de arte e a educação patrimonial revela-se essencial para que estudantes e comunidade reconheçam o valor da preservação de bens culturais, sejam eles materiais, como edificações históricas, ou imateriais, como manifestações efêmeras a exemplo do grafite. Essa convergência evidencia

- (A) valorização da memória na promoção de sentidos de pertença.
- (B) práticas centradas no cumprimento do currículo prescrito.
- (C) ações pedagógicas baseadas em métodos transmissivos.
- (D) distanciamento e reforço na falta de engajamento ao tema.

QUESTÃO 43

O tombamento do conjunto arquitetônico da cidade de Goiás (GO) exemplifica como a proteção legal atua na preservação do patrimônio cultural. Esse mecanismo assegura que elementos essenciais da identidade local permaneçam preservados, permitindo que futuras gerações tenham acesso a esses bens, que

- (A) restringem usos e adaptações contemporâneas.
- (B) fundamentam a história e a cultura regional.
- (C) atuam segundo parâmetros universais de autenticidade.
- (D) priorizam critérios estéticos alheios aos vínculos culturais.

QUESTÃO 44

Nos conteúdos procedimentais da área de artes, cada processo artístico apresenta modos específicos de produção ao estabelecer relações particulares com os recursos expressivos disponíveis. Por exemplo, no campo das artes visuais, a escolha da técnica utilizada, como a aquarela em vez do óleo, não é aleatória. Ao optar pela aquarela, é possível buscar efeitos de transparência que dialogam com determinada poética ou tradição cultural. Assim, a seleção do material e do procedimento está intrinsecamente ligada às intenções

- (A) padronizadas aplicadas de forma neutra.
- (B) estéticas que orientam o sujeito criador.
- (C) desvinculadas de significados expressivos.
- (D) apreendidas pela imitação de modelos fixos.

QUESTÃO 45

As visualidades presentes no espaço escolar, como murais, cartazes, objetos pedagógicos, ambientações, produções de estudantes e referências culturais cotidianas, constituem práticas de significação que perpassam o currículo e influenciam diretamente as formas de aprender e ensinar Arte. Essas manifestações não se limitam apenas à função decorativa, mas assumem papel fundamental

- (A) na restrição dos estudantes à diversidade cultural.
- (B) na neutralidade no processo de ensino e aprendizagem.
- (C) no entendimento sobre os conteúdos sem relativizações.
- (D) na mediação de sentidos e na construção de repertórios culturais.

QUESTÃO 46

A cultura visual propõe aproximar a escola das imagens que permeiam o cotidiano da comunidade escolar. Essa aproximação incentiva práticas pedagógicas que questionam e problematizam os sentidos atribuídos às imagens, bem como as relações de poder e as disputas simbólicas presentes nas visualidades contemporâneas. Nessa perspectiva, espera-se a promoção de posturas responsáveis diante das imagens que circulam em diferentes contextos e

- (A) o aumento da reprodução de modelos visuais legitimados pela tradição artística.
- (B) o desenvolvimento da criticidade e responsabilidade com o currículo vivido.
- (C) o ordenamento das imagens segundo categorias fixas e classificações universais.
- (D) o fortalecimento do domínio técnico para lidar com imagens em diferentes suportes.

QUESTÃO 47

Leia o texto a seguir.

No Ensino Fundamental – Anos Finais, é preciso assegurar aos alunos a ampliação de suas interações com manifestações artísticas e culturais nacionais e internacionais, de diferentes épocas e contextos. Essas práticas podem ocupar os mais diversos espaços da escola, espraiando-se para o seu entorno e favorecendo as relações com a comunidade.

Disponível em:

<https://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental/arte-no-ensino-fundamental-anos-finais-unidades-tematicas-objetos-de-conhecimento-e-habilidades>. Acesso em: nov. 2025.

Com base no trecho apresentado, a dimensão do espaço escolar que está sendo enfatizada é

- (A) a institucional.
- (B) a pedagógica.
- (C) a organizacional.
- (D) a sociocultural.

QUESTÃO 48

Leia o texto a seguir.

Na BNCC, o componente Arte - 6º ao 9º apresenta na unidade temática "Artes Integradas" e no objeto de conhecimento "Arte e tecnologia", a seguinte habilidade:
“(EF69AR35) Identificar e manipular diferentes tecnologias e recursos digitais para acessar, apreciar, produzir, registrar e compartilhar práticas e repertórios artísticos, de modo reflexivo, ético e responsável.”

Disponível em:

<https://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental/arte-no-ensino-fundamental-anos-finais-unidades-tematicas-objetos-de-conhecimento-e-habilidades>. Acesso em: nov. 2025.

Nessa perspectiva, as relações entre arte e tecnologia promovem a ampliação das formas de criação e do fazer artístico, indicando um movimento de

- (A) verificação de parâmetros replicáveis.
- (B) centralidade do domínio técnico-operacional.
- (C) desconstrução da noção tradicional de autoria.
- (D) utilização das tecnologias como ferramentas auxiliares.

QUESTÃO 49

No campo da formação docente em Artes Visuais, os fundamentos e metodologias de ensino articulam conteúdos conceituais, factuais, procedimentais e atitudinais, orientando para práticas significativas nas relações de ensinar e aprender. Nessa perspectiva, uma proposta metodológica alinhada às perspectivas contemporâneas deve priorizar

- (A) conteúdos da história da arte como núcleo formativo do processo educativo.
- (B) técnicas tradicionais, enfatizando a reprodução de modelos e o domínio manual.
- (C) sequências didáticas baseadas em objetivos mensuráveis e avaliações objetivas.
- (D) experimentações que promovam diálogos entre diferentes contextos socioculturais.

QUESTÃO 50

A Lei Orgânica do Município de Senador Canedo orienta a educação para o pleno desenvolvimento da pessoa, a convivência comunitária e o acesso aos bens culturais (art. 86; arts. 93 a 97). Considerando essas diretrizes, o ensino de Arte deve priorizar

- (A) práticas que favoreçam o planejamento colaborativo entre professores e turmas.
- (B) atividades que ampliem o diálogo entre diferentes linguagens artísticas na escola.
- (C) propostas que valorizem referências visuais presentes no cotidiano dos estudantes.
- (D) experiências que promovam redes de criação e incentivo à vivência cultural.

RASCUNHO**RASCUNHO**

REDAÇÃO

Instruções

Você deve desenvolver um texto dissertativo-argumentativo. A fuga do tema ou cópia da coletânea anula a redação. A leitura da coletânea é obrigatória. Ao utilizá-la, você não deve copiar trechos ou frases. Quando for necessário, a transcrição deve estar a serviço do seu texto. O seu texto **NÃO** deve ser assinado.

Tema:

A NOVA PANDEMIA: VÍCIO EM JOGOS DIGITAIS

Coletânea

Texto 1

Com média acima da mundial, 28% dos jovens brasileiros fazem uso abusivo de videogames, diz pesquisa da USP

Estudo identificou que um em cada quatro jovens entrevistados se enquadram em critérios de transtorno envolvendo jogos eletrônicos.

Por g1

31/07/2022, às 21h38 – Atualizado há 3 anos.

A parcela de adolescentes brasileiros que faz uso excessivo de videogames é maior do que a média mundial, aponta uma pesquisa do Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de São Paulo (USP).

O estudo foi realizado por Luiza Brandão, doutora em Psicologia Clínica do IP, a partir de questionários com milhares de adolescentes de escolas públicas.

As respostas dos estudantes indicaram que 85,85% deles jogam videogames e 28,17% se enquadram nos critérios de Transtorno de Jogo pela Internet (TJI), descrito em manual da Associação Americana de Psiquiatria.

Segundo a pesquisadora, o uso de videogames no Brasil é compatível com o mundial, mas o índice de uso problemático de jogos eletrônicos está acima da média de outros países.

O levantamento foi realizado a partir de um questionário com uma subamostra de 3.939 alunos de escolas públicas que integram o *Tamo Junto 2.0*, um programa do Ministério da Saúde para prevenir o uso de álcool e drogas por adolescentes.

O projeto do governo federal totaliza 5.371 alunos de 73 escolas públicas de São Paulo, Fortaleza e Eusébio (CE).

Os alunos responderam de forma anônima a um questionário sobre uso de drogas, *bullying*, classe socioeconômica, sintomas psiquiátricos e videogames. Mais de 90% dos alunos que responderam à pesquisa tinham de 12 a 14 anos, e cerca de 50% deles pertenciam à classe média. [...]

Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2022/07/31/uso-excessivo-de-videogames-e-maior-entre-adolescentes-brasileiros-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 29 nov. 2025.

Texto 2**Suicídio, bets e apostas de quotas fixas no Brasil: o que sabemos e por que ocorrem?**

Por Murilo Vasques Buzo Ter, 10/06/2025, Às 02h24 PM

Em 2018, a Lei 13.756/2018 estabeleceu a legalização de apostas de quotas fixas de eventos esportivos. Cinco anos depois, a Lei 14.790/2023 foi sancionada, os chamados jogos online de apostas de quota fixa, como bets, passaram a ser regulamentados. Após isso, houve um investimento maciço por cassinos e empresas de apostas esportivas na mídia, com estas chegando a se tornar as principais patrocinadoras de esportes como o futebol. No texto de hoje, exploraremos as implicações das apostas esportivas de quota fixa legalizadas no Brasil para muitos(as) apostadores(as).

No mês de Agosto de 2024, o Banco Central divulgou um relatório identificando que mais de 5 milhões de beneficiários do Bolsa Família destinaram 3 bilhões de reais para casas de apostas virtuais. No documento, constatou-se que o perfil etário consistia entre 20 e 30 anos majoritariamente. O órgão também disse que é "(...) razoável supor que o apelo comercial do enriquecimento por meio de apostas seja mais atraente para quem está em situação de vulnerabilidade financeira", trazendo à tona um problema socioeconômico que é explorado por casas de apostas para aumentar sua receita.

Como a legalização de apostas de quotas fixas é relativamente recente no Brasil, recorreremos a experiências internacionais para compreender os efeitos da presença dela na sociedade de maneira permitida. Em países com maior diversidade de jogos legalizados, como a Suécia e a França, os custos decorrentes de problemas com apostas superam o imposto e contribuição arrecadados pelas empresas do segmento. No país escandinavo, observou-se um aumento de 1,8 vezes em risco de mortalidade e de 15 vezes no risco de morte por suicídio por pessoas que possuem comportamento problemático de jogo, quando comparados com a população geral. O risco acentuado de alguém com uso compulsivo de plataformas de apostas tirar a própria vida foi identificado em outros países como Itália (93,7 vezes maior, quando comparado com a população geral) e no Reino Unido com jovens entre 16 e 24 anos (9 vezes maior em homens e 4,9 vezes maior em mulheres). Embora tais dados mostrem forte associação entre o jogo patológico e o risco de tirar a própria vida, não explicam o como nem o(s) porquê(s) disso ocorrer.

Por que apostas podem levar ao suicídio?

Buscando responder a essa pergunta, em 2022, Marionneau e Nikkinen conduziram uma revisão sistemática de estudos qualitativos sobre suicídio relacionados a comportamento problemático de jogo e processos psicológicos que levam alguém a tirar a própria vida – chamado de suicidalidade pelos autores. Na revisão, o critério de inclusão consistiu em estudos com evidência qualitativa empírica sobre suicídio relacionado a jogos de apostas feitos de maneira compulsiva e problemática. Foram analisados 20 estudos.

Notou-se a presença de dois fatores centrais que explicam a associação entre apostas e suicídio: endividamento e vergonha. Quando pessoas com problemas relacionados a jogos criam dívidas insustentáveis de serem quitadas, a probabilidade de surgirem pensamentos de tirar a própria vida aumentam significativamente. Utilizando o Integrated Motivational-Volitional Model of Suicidal Behaviour como instrumento para subsidiar a análise, podemos fazer uma hipótese funcional de que, nesse tipo de contexto, pode surgir a sensação de aprisionamento (entrapment, no modelo). Como é comum encontrarmos relatos de pessoas com comportamento problemático de jogo que pedem empréstimos sucessivos a familiares e pessoas próximas como pontos iniciais dessa construção de dívida até chegar no ponto dela não ser gerenciável, a sensação de ser um fardo também pode emergir (burdensomeness, no modelo).

Também podemos especular que a rede de apoio da pessoa em questão pode esvanecer conforme ela continua perdendo dinheiro em apostas, resultando em perda de suporte social (social support, no modelo). Sobre a vergonha, encontramos associações na literatura entre ela e pensamentos suicidas, como identificado em Ecological Momentary Assessment, que consiste em capturar a ocorrência de dados psicológicos ou comportamentais assim que eles ocorrem, sem recorrer à memória retrospectiva, como geralmente é falado em uma sessão de psicoterapia ou em entrevistas clínicas. [...]

Disponível em: <https://comportese.com/2025/06/10/suicidio-bets-e-apostas-de-quotas-fixas-no-brasil-o-que-sabemos-e-por-que-ocorrem>.

Acesso em: 29 nov. 2025. [Adaptado].

Texto 3

STF veda publicidade de bets para crianças e determina adoção de medidas contra uso de recursos do Bolsa Família em apostas

Na liminar, ministro Luiz Fux antecipa a validade de normas que vedam propaganda de apostas para crianças e que entrariam em vigor em janeiro de 2025.

Por Adriana Romeo

13/11/2024, às 11h09 – Atualizado há 1 ano.

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão, em todo o território nacional, de qualquer publicidade de jogos de apostas online de cota fixa (bets) para crianças e adolescentes. Decidiu também que sejam tomadas medidas que restrinjam o uso de recursos de programas assistenciais para apostas online.

A decisão do ministro Luiz Fux foi tomada nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 7721 e 7723, propostas pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e pelo partido Solidariedade, respectivamente. A liminar ainda será referendada em sessão extraordinária do Plenário Virtual nesta quinta-feira (14), das 11h às 23h59.

A decisão liminar (provisória e urgente) determina que o governo federal cumpra imediatamente as medidas de fiscalização e controle, voltadas para crianças e adolescentes, previstas na Portaria 1.231/2024 do Ministério da Fazenda, que regulamenta a Lei das Bets (Lei 14.790/2023).

A liminar também determina que o Ministério da Fazenda, a quem cabe a regulação e controle do assunto, implemente medidas imediatas que impeçam o uso de recursos provenientes de programas sociais e assistenciais, como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada e congêneres, em apostas online.

O ministro destacou as evidências apresentadas sobre os efeitos nocivos da publicidade de apostas na saúde mental de jovens e no orçamento das famílias, debatidas na audiência pública realizada nos dias 11 e 12 de novembro. Para ele, o perigo de demora para a decisão “deve ser afastado de imediato, sob pena de a inaplicação de normas já editadas, até janeiro de 2025, agravar o já crítico quadro atual”.

Disponível em: https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-veda-publicidade-de-bets-para-criancas-e-determina-adocao-de-medidas-contrain-uso-de-recursos-do-bolsa-familia-em-apostas/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 29 nov. 2025.

Proposta de redação: Texto Dissertativo-argumentativo

Considerando os elementos superestruturais de um texto dissertativo-argumentativo, posicione-se de forma clara, coesa e crítica em relação ao problema social do vício em jogos digitais e produza uma redação, organizada em prosa, na qual você apresente argumentos consistentes e propostas pertinentes sobre a temática. Não a assine, tampouco adote nomes fictícios e/ou abreviações.

ATENÇÃO!

O seu texto NÃO deve ser assinado.

FOLHA RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30